

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GloboCLASS. : Yaw 1762DATA : 10 07 90PG. : 10

Cimi denuncia inoperância na remarcação de áreas indígenas

BRASÍLIA — O Conselho Indigenista Missionário, da CNBB, denunciou ontem a inoperância do Governo na demarcação das terras dos índios e a falta de uma política que garanta a sobrevivência desses povos. A situação dos índios ianomâmis se agrava, segundo o Secretário do Cimi, Antônio Brand, e não há qualquer ação para conter o genocídio contra eles. Brand acusou o Presidente Fernando Collor de agir contra os índios, uma vez que a falta de ação significa a morte deles.

— O Presidente não retirou os garimpeiros das terras dos ianomâmis, como determina liminar da Justiça Federal, nem revogou os dois decretos do Presidente Sarney que criaram na área duas reservas garimpeiras. A violência continua, as invasões de terras indígenas aumentaram e os ianomâmis estão desaparecendo. Índios não ressuscitam — denunciou.

As explosões das pistas de pouso dos garimpeiros em terras ianomâmis foram consideradas golpes publicitários: de nada adianta dinamitar 14 pistas, quando existem mais de cem, se não forem retirados os garimpeiros. Além disso, o Governo não se preocupou em controlar os aviões que fazem o transporte para as áreas de garimpo, o que efetivamente reprimiria a atividade. Segundo o Cimi, os índios estão cheios de promessas que não mudam em nada a situação. Após quase quatro meses de Governo, essa postura, para o órgão, demonstra que a questão indígena é considerada secundária.

O Assessor Jurídico do Cimi, Júlio Gaiger, disse que a minuta de decreto reformulando o processo de demarcação das terras dos índios, elaborada pela Funai e enviada ao Ministro da Justiça, é a reedição do Decreto nº 76.999, de 1976, assinado pelo Presidente Geisel. Ele destacou que, da forma como foi redigido, o decreto dá ao Presidente da Funai o arbítrio de fazer as demarcações: não prevê a participação de um grupo interministerial nem dos índios.